

19

Data de apresentação: Julho, 2020
Data de aceitação: Outubro, 2020
Data de publicação: Novembro, 2020

A ÉTICA

NA PESQUISA INCLUSIVA, UMA FERRAMENTA DIDÁCTICA

ETHICS IN INCLUSIVE RESEARCH, A TEACHING TOOL

Eudaldo Enrique Espinoza Freire¹

E-mail: eespinoza@utmachala.edu.ec

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0537-4760>

Yohandra Rad Camayd²

E-mail: hacamay2017@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6366-9727>

¹ Universidad Técnica de Machala. Ecuador.

² Instituto Superior Politécnico Sinodal de Angola. Angola.

Citação sugerida (APA, sexta edição)

Espinoza Freire, E. E., & Rad Camayd, Y. (2020). A ética na pesquisa inclusiva, uma ferramenta didáctica. *Revista Universidad y Sociedad*, 12(6), 139-146.

RESUMO

A inclusão pelo seu significado relacional e estrutural torna-se uma estratégia de pesquisa presente no contexto educacional, que promove a reflexão crítica sobre sua implementação no panorama equatoriano na busca de respostas para questões como: quais são os elementos éticos presentes na pesquisa pedagógica inclusiva? Qual é a situação que ocorre no contexto do sistema educacional equatoriano em relação à educação e pesquisa inclusivas? Este estudo de revisão bibliográfica visa analisar criticamente esses aspectos sensíveis, apoiado na hermenêutica e na análise de conteúdo. Entre os principais achados encontrados na literatura examinada estão a noção de educação inclusiva e pesquisa inclusiva, seus traços distintivos e seus fundamentos éticos. Bem como, a situação da educação pedagógica inclusiva e da pesquisa no contexto equatoriano; aqueles que nos permitem concluir que a pesquisa inclusiva tem em comum com a educação inclusiva uma base ideológica e política, onde a ética é vital para fracturar a exclusão; o que o torna uma importante ferramenta de ensino. No Equador, apesar da existência de um marco normativo para salvaguardar o direito à educação inclusiva, sua implementação na prática ainda é uma utopia.

Palavras-chave: Ética, educação inclusiva, pesquisa inclusiva, didáctica, formação.

RESUMEN

La inclusión por su significado relacional y estructural se convierte en una estrategia de investigación presente en el contexto educativo, que promueve la reflexión crítica sobre su implementación en el panorama equatoriano en busca de respuestas a preguntas como: ¿Cuáles son los elementos éticos presentes en la investigación pedagógica inclusiva? ¿Cuál es la situación que se da en el contexto del sistema educativo equatoriano en relación a la educación e investigación inclusivas? Este estudio de revisión bibliográfica tiene como objetivo analizar críticamente estos aspectos sensibles, apoyado en la hermenéutica y el análisis de contenido. Entre los principales hallazgos encontrados en la literatura examinada se encuentran la noción de educación inclusiva e investigación inclusiva, sus rasgos distintivos y sus fundamentos éticos. Así como, la situación de la educación e investigación pedagógica inclusiva en el contexto equatoriano; aquellos que nos permiten concluir que la investigación inclusiva tiene una base ideológica y política en común con la educación inclusiva, donde la ética es vital para fracturar la exclusión; lo que lo convierte en una importante herramienta de enseñanza. En Ecuador, a pesar de la existencia de un marco normativo para salvaguardar el derecho a la educación inclusiva, su implementación en la práctica sigue siendo una utopía.

Palabras clave: Ética, educación inclusiva, investigación inclusiva, didáctica, formación.

INTRODUÇÃO

A inclusão tem um sentido essencialmente relacional e estrutural, o que se torna uma estratégia de pesquisa para compreender a complexidade do mundo; Desse modo, torna-se um procedimento hermenêutico das relações dadas nas mais diversas áreas da sociedade, inclusive as educacionais (Darretxe, Gezuraga & Berasategui, 2020).

No contexto educacional, esse processo investigativo inclusivo busca o conhecimento e a interpretação de recursos epistêmicos relacionados ao ensino e aprendizagem, a fim de neles fundamentar novas metodologias e conhecimentos.

Por outro lado, a tão utilizada Educação Inclusiva vai além do conhecimento desses recursos epistêmico-metodológicos, que a partir de sua práxis verifica o processo investigativo e a partir deste a formação do estágio, desmarcando os limites entre a investigação científica e o ensino.

Partindo dessas premissas, cabe perguntar quais são os elementos éticos presentes na pesquisa inclusiva? Qual é a situação que ocorre no contexto do sistema educacional equatoriano em relação à educação inclusiva e à pesquisa? Os professores estão preparados para a ética e metodologicamente assumir a educação inclusiva a partir de uma postura investigativa? Este estudo tem como objectivo analisar reflexiva e criticamente esses aspectos sensíveis.

METODOLOGIA

Este estudo do tipo revisão de literatura é baseado em métodos, hermenêutica e análise de conteúdo. Através da consulta, análise e cotejo da informação obtida em materiais bibliográficos, teses de licenciatura, monografias, artigos científicos e livros recuperados de repositórios e bases de dados digitais com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação, permitiu uma análise crítica dos referentes teóricos até chegar a conclusões sobre os aspectos éticos da pesquisa pedagógica inclusiva (Burgo, et al., 2019).

DESENVOLVIMENTO

Antes de entrar na análise para a qual somos convocados pela presença da ética na pesquisa inclusiva no campo educacional, impõe-se a abordagem epistêmica em torno dos conceitos de educação inclusiva e pesquisa inclusiva.

A noção de inclusão educacional surge no campo da educação especial e percorreu um longo caminho, não livre de obstáculos, até que conseguiu se impor e estar

presente nas políticas públicas educacionais. Não se trata mais da integração da educação especial como sistema diferenciado nas instituições escolares, trata-se da inclusão como um direito humano, sem restrições e com igualdade de oportunidades. A educação para pessoas com capacidades reduzidas passou por três momentos ou etapas, educação especial, educação integrada e educação inclusiva (Armijo, 2018). Esta evolução esteve intimamente relacionada com o desenvolvimento social e sua dinâmica, da qual emanam o reconhecimento e o respeito à diversidade como forma de vida, na qual a educação inclusiva é considerada uma ética baseada na participação activa e democrática na inclusão social., com igualdade de direitos, deveres e oportunidades de desenvolvimento humano para todas as crianças, adolescentes e jovens estudantes (Serrano, Espinoza & Guamán, 2019).

Um princípio ético dessa participação é a garantia de acesso à educação comum e de qualidade para todos os cidadãos, sem qualquer tipo de distinção, selecção e requisitos que discriminem e anulem o direito à educação (Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura, 2009).

Mas a educação inclusiva não se reduz a relações com os mais vulneráveis, é mais do que isso, é um conjunto de transformações educacionais que sustentam e acolhem a diversidade de toda a população estudantil, e não só daqueles que a apresentam. Necessidades educacionais (Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura, 2005).

Essa ideia parte da consideração de que todos os alunos em algum momento ou em determinadas circunstâncias de sua vida escolar apresentam necessidades educacionais especiais; Da mesma forma, todos eles têm estilos e ritmos de aprendizagem diferentes que os fazem aprender de forma diferente; o que justifica o não estabelecimento de categorias ou rótulos, e a identificação de alguns como “deficientes” e outros como “normais” (Guamán, Serrano e Sánchez, 2020). Trata-se de: buscar recursos didácticos que permitam ao aluno atingir os objectivos educacionais de diferentes formas com a ajuda e orientação do professor, conseguindo uma participação activa no processo de aprendizagem de todos os alunos e trabalhando colectivamente e cooperativamente com os pais, professores, administradores escolares e atores sociais.

Por outro lado, não bastam leis e políticas públicas proclamadas por Estados e governos, é necessária uma mudança profunda na mentalidade dos cidadãos e daqueles que, com base na vida prática do dia-a-dia,

devem efectivar as regulamentações; É preciso superar a abordagem homogênea dos processos educacionais e alcançar a exclusividade tomando como premissa a atenção às singularidades e necessidades dos alunos.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva deve ser assumida como alternativa à educação geral e à transformação dos centros educacionais. Porém, em muitas ocasiões, de forma contraditória, as políticas de educação inclusiva nascem castradas ao se limitarem à educação especial, o que sem dúvida minimiza o carácter inclusivo e equitativo do ensino de qualidade como direito humano inerente a cada indivíduo, deixando claro que A evolução da educação para pessoas com capacidades reduzidas não alcançou a compreensão dos executores das políticas públicas e, de muitos professores e gestores escolares, que ainda estão presos na fase de integração, distorcendo o verdadeiro sentido da educação inclusiva, revelando falta de uma cultura escolar inclusiva como base para a construção de uma sociedade justa.

Sobre esta questão existem vários critérios, há quem considere que as pessoas com deficiência intelectual e física precisam de espaços especiais para a sua aprendizagem, sem considerar se é mais benéfico para o desenvolvimento das capacidades intelectuais que isto ocorra a partir de um ambiente inclusivo. Mas, para isso, é necessária vontade política, infra-estrutura adequada e, acima de tudo, capital humano devidamente preparado, entretanto é eufemismo falar em inclusão educacional, atenção à diversidade e escolas inclusivas.

Para isso, é necessário orientar a educação inclusiva para três dimensões: acesso, participação e resultados (Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura, 2005), que por sua vez se estabelecem como fases do processo inclusivo.

Acesso é o primeiro momento ou fase que se relaciona com as condições que ocorrem para promover o ingresso no sistema educacional, que é avaliado tanto a partir do quantitativo quanto das condições estruturais que o conduzem.

“A participação é a dimensão centrada no processo educativo e democrático, em que é garantida a colaboração activa do corpo discente, materializando assim o pleno direito à educação.

Os resultados são uma etapa crucial, uma vez que a eficácia da educação inclusiva não se dá apenas na garantia de acesso e participação; É importante reter e completar o processo educacional com conquistas tanto na ordem académica como axiológica, que possibilite o pagamento de um graduado com alto padrão de qualidade.

Tamanha é a relevância atribuída à qualidade da educação inclusiva que organizações internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a UNESCO a consideram um factor indispensável no monitoramento e controle das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Essa eficácia da educação inclusiva é mediada pela qualidade como direito humano, qualidade como equidade na educação e qualidade como relevância centrada no aluno, em suas necessidades e características”. (Armijo, 2018)

Por outro lado, a visão da educação inclusiva não pode se restringir aos espaços escolares; Corresponde ser considerada uma prática social, integrada por valores, princípios e estratégias na conquista da democratização, actualização e aprimoramento constante da educação, onde as alternativas pedagógicas possibilitem ao aluno o direito de acesso, participação activa e aprendizagem de qualidade em um ambiente de equidade e respeito aos direitos humanos. Nessa perspectiva, a educação inclusiva não é uma questão exclusiva da pedagogia, trata-se sobretudo do respeito aos valores dos direitos humanos intrinsecamente ligados ao desenvolvimento social (Guamán, Espinoza & Serrano, 2017; Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura, 2009).

Segundo Donoso (2013), podemos entender como educação inclusiva o processo de transformação social que envolve todos os membros da comunidade educacional e da sociedade, com base na equidade, qualidade e cordialidade, eliminando a exclusão e barreiras de acesso, a participação e os resultados de uma educação para todas as crianças, adolescentes e jovens, com especial atenção para os que estão em maior risco de vulnerabilidade e exclusão social.

Esta reflexão sobre a noção de inclusão educacional conduz ao estabelecimento dos seus principais traços distintivos que a tipificam, a saber:

- Inclusão não é integração, é um direito humano de receber educação de qualidade.
- Elimina barreiras de acesso ao sistema educacional.
- O professor é o responsável final pela inclusão de seus alunos.
- Baseia-se nos princípios de equidade, igualdade, solidariedade, cooperação, colaboração, comunidade, respeito, responsabilidade, reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade.
- É uma ética baseada na participação activa e democrática da inclusão social.
- Envolvimento de todos os membros da comunidade educacional no processo de implementação.

- Participação sistémica com o objectivo de melhorar a qualidade educacional de todos os alunos.
- As necessidades dos alunos tornam-se as necessidades de todos, dos membros da comunidade educacional e da sociedade.
- As acomodações são respostas à diversidade da sala de aula.
- O aluno é o actor principal e o professor o guia.
- Todos os alunos compartilham o mesmo currículo e espaço.
- Todos os alunos podem ter necessidades educacionais especiais. Não há alunos “pobres” e “normais”.
- O que deve mudar não é o sujeito, mas o sistema.
- Nega a homogeneidade dos processos educacionais.
- Inclusão não é apenas acesso ao sistema educacional, é participação activa e resultados de qualidade.
- É antes de tudo uma prática social que vai além dos espaços escolares.

Pesquisa pedagógica inclusiva, ainda considerada por muitos especialistas como incipiente (Nind & Vinha, 2016); Eles enfocam três aspectos, a concepção educacional, a prática docente e a perspectiva social.

Sobre os dois primeiros aspectos, a concepção educacional e a prática docente, Messiou (2017), considera que a pesquisa inclusiva deve focar mais nas barreiras objectivas e subjectivas que conspiram contra a inclusão do que na alegada responsabilidade do aluno, a fim de determinar realmente os factores que geram exclusão e marginalização escolar, e dificultam a necessária transformação do contexto educacional. A identificação das crenças e atitudes dos membros da comunidade educativa e em particular dos professores, gestores e demais actores sociais sobre a inclusão permitirá o desenho e a proposição de estratégias que visem eliminar essas barreiras que impedem o pleno exercício do direito na prática. Para uma educação inclusiva de qualidade.

É necessário que essas pesquisas pedagógicas inclusivas enfatizem grupos de alunos vulneráveis, em risco de exclusão, marginalização e abandono escolar, para que se adotem medidas consistentes que garantam sua permanência, participação activa, aprendizagem significativa e resultados académicos bem-sucedidos.

Na perspectiva social, a pesquisa inclusiva é considerada uma práxis comprometida e democrática, que assume os procedimentos e saberes envolvidos como elementos para a transformação crítica da realidade social; Além disso, estuda os problemas que o corpo discente

apresenta na interacção com o meio ambiente (Darretxe, et al., 2020).

Nesse sentido, Burgo, et al. (2016), consideram a pesquisa educacional inclusiva como um processo social que visa construir conhecimento a fim de alcançar o desenvolvimento de comunidades educacionais e sociais mais inclusivas. Como diz Parrilla (2010), *“é um processo carregado de valores e significados, de relações (com grupos, áreas e em contextos muito diversos), que estamos aprendendo, mas também construindo e modificando no seu desenvolvimento”*. (p. 167)

Por isso, pode-se afirmar que a pesquisa pedagógica inclusiva se desenvolve na e a partir da prática escolar, promovendo a pesquisa inclusiva, valores, atitudes e competências comprometidas com as mudanças e transformações sociais, por meio do desenvolvimento de uma educação inclusiva no alcance de uma sociedade cada vez mais justa e equitativa; o que permite falar de uma ética a partir da prática investigativa inclusiva no campo pedagógico (Parrilla & Sierra, 2015).

A esse respeito, Murillo & Hidalgo (2017), sugerem que, se a pesquisa pedagógica inclusiva com impacto na esfera social estiver envolvida, as seguintes ideias devem ser mantidas em mente:

- “Trabalhar com problemas” reais detectados a partir de um conhecimento profundo da realidade educacional.
- Abordar as investigações que denunciam situações de injustiça e desigualdade e buscar um maior entendimento delas.
- Relacionar experiências de resistência e mudança: é preciso ter uma visão ampla do que é “pesquisa” e, às vezes, é preciso actuar como cronistas daqueles grupos de pessoas e movimentos sociais que se comprometem a desafiar as relações atuais de poder desigual.

Como um resumo do que foi analisado até agora, podemos dizer que a educação inclusiva e a pesquisa inclusiva transcendem o quadro educacional para se tornarem ferramentas valiosas para alcançar objectivos sociais e políticos mais amplos, são a base da construção de uma sociedade mais justa, equitativa e ética.

Como vimos, o objectivo da pesquisa inclusiva em educação é contribuir para o alcance de uma educação de qualidade mais equitativa para todos, sem qualquer tipo de discriminação e segregação, e, conseqüentemente, para alcançar uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática (Murillo & Hidalgo, 2017), para isso o pesquisador deve ter e colocar em prática valores éticos sólidos.

Para Parrilla (2010); e, Nind & Vinha (2016), a pesquisa inclusiva está intrinsecamente ligada ao sistema axiológico que o pesquisador possui, seus valores e ideologia. Assumir a pesquisa inclusiva implica um compromisso com sua implementação com base nos valores da educação inclusiva. Em outras palavras, a pesquisa inclusiva e a educação inclusiva têm em comum uma base ideológica e política, onde a ética é vital para quebrar as barreiras à inclusão.

Entre os fundamentos da pesquisa inclusiva encontramos as contribuições de Parrilla & Sierra (2015); Murillo & Hidalgo (2017), que apontam:

En tal sentido, Parrilla (2010), señala entre los elementos éticos que caracterizan el proceso investigativo inclusivo la lucha contra la exclusión, el compromiso con los procesos de cambio y mejora socioeducativa y la participación y colaboración de los actores y agentes educativos. Para su cumplimiento al investigador inclusivo le corresponde caracterizarse por:

- Alta qualidade. Os instrumentos e informações recebidos devem ser verdadeiros, reflectindo a realidade. Seja fiel à verdade mais estrita.
- Obrigação moral. Democratização da pesquisa; as informações dos discriminados e excluídos devem ser levadas em consideração.
- Educação transformativa. Aborde as questões que contribuem para uma educação transformadora. Estudar problemas da realidade educacional, e temas que denunciam situações de exclusão, injustiça e desigualdade ou resistência à mudança.
- Dialéctica teórico-prática. Geração de conhecimento e transformação da prática, aprendendo com a teoria e a práxis que contribuem para a pesquisa educacional.
- Socialização dos resultados. Os resultados não devem ser arquivados ou fazer parte de uma tese ou relatório, devem chegar aos envolvidos; para gerar impacto e servir como ferramentas de mudança.
- Ética. Não se afaste das necessidades e realidades dos discriminados e excluídos. Durante o processo de investigação, seus direitos e integridade devem ser respeitados.

a) Compromisso inabalável com a educação, a sociedade e a luta pela Justiça Social.

b) Paixão pela pesquisa e educação.

c) Humildade para aprender constantemente, com os erros, experiências e pessoas.

d) Optimismo, quase patológico, para a conquista de uma melhor educação e de uma sociedade melhor.

e) Transparência nas acções e propósitos.

f) Desejo de melhorar para fazer melhores pesquisas.

g) Ousar propor novos caminhos, novas estratégias na concepção, execução e divulgação da investigação". (Murillo e Hidalgo, 2017).

Aspectos que devem ser levados em consideração na formação de alunos de carreiras pedagógicas como pesquisadores inclusivos, para os quais se faz necessário seu envolvimento em processos de pesquisa desde a graduação. As necessidades de formação devem ser atendidas a partir da acção na prática, a inovação em processos e estratégias é necessária como uma opção que permite ao aprendiz se apropriar das habilidades e características de pesquisadores inclusivos.

Por outro lado, o desenvolvimento de habilidades investigativas inclusivas permitirá a busca de alternativas para amenizar as necessidades cognitivas de qualquer aluno, alcançando um impacto não só no campo educacional, mas também no contexto social, ao contribuir para um ensino de qualidade e pagar impostos. Para a sociedade um cidadão mais bem preparado. Da mesma forma, a pesquisa inclusiva treina o futuro pedagogo a respeitar os direitos humanos e a não discriminação de seus alunos. Além disso, contribuem para o desenvolvimento e promoção de valores éticos (Nind & Vinha, 2016).

Darretxe, et al. (2020), consideram que a pesquisa inclusiva no campo educacional requer novas formas de pesquisa, um novo perfil de pesquisadores que aprendem em colaboração e não reivindicam o poder e o controle absoluto do processo e pesquisas voltadas à mudança e transformação Social. Segundo este autor, estamos perante um momento de formação de investigadores inclusivos, de experimentação a partir da prática e de divulgação de uma nova forma de fazer investigação educacional; acções que podem e devem ser realizadas tanto no ensino de graduação quanto na pós-graduação.

Motivos mais do que suficientes para considerar a pesquisa pedagógica inclusiva como ferramenta didáctica para a formação de futuros professores, tanto de ordem científico-investigativa quanto axiológica. A implementação da metodologia inclusiva a partir da prática pedagógica pré-profissional desenvolve no aluno habilidades investigativas, bem como a promoção de valores éticos como responsabilidade, solidariedade, respeito à diversidade e compromisso social, entre outros.

Neste ponto, é interessante nos perguntarmos: qual é a realidade da educação e da pesquisa inclusiva no contexto equatoriano?

No Equador, leis e códigos foram decretados para salvaguardar os direitos humanos de todos os cidadãos e proclamaram normas específicas que garantem o direito à educação inclusiva; assim encontramos nos artigos da Constituição da República que “será dada atenção preferencial à plena integração social das pessoas com deficiência. O Estado garantirá sua incorporação ao sistema regular de ensino e à sociedade” (Assembleia Nacional da República do Equador, 2016, art. 46 número 3).

Para isso, o Estado, juntamente com a família e a sociedade, proporcionará às pessoas com necessidades educativas especiais uma educação que desenvolva as suas capacidades e potencialidades, garantindo assim a sua plena integração social com igualdade de oportunidades com o resto dos cidadãos, o que inclui a educação. Dentro das instituições regulares, aqueles que têm o dever de incorporar tratamento diferenciado e cumprimento de normas que visem o acesso e retenção desses alunos (Ecuador. Asamblea Nacional Constituyente, 2016).

Estes regulamentos são sistematizados através da Lei Orgânica da Deficiência (LOD) de 2012, da Lei Orgânica da Educação Intercultural (LOEI) decretada em 2011 e da Lei Orgânica do Ensino Superior (LOES) de 2010; Todos defendem o reconhecimento, a garantia e a protecção dos direitos das pessoas com deficiência, para melhorar suas condições por meio de acções concretas que facilitem sua reabilitação e integração na sociedade.

Dentre essas acções, o LOD (2012), legisla *“para garantir o cumprimento dos mecanismos de fiscalização, protecção e restituição que possam eliminar, entre outras, as barreiras físicas, aptitudinal, sociais e comunicacionais que as pessoas com deficiência enfrentam”*. (Ecuador. Asamblea Nacional, 2012)

Por outro lado, o LOES e o LOEI estabelecem a adaptação dos currículos e a adaptação das infraestruturas das instituições educacionais para atender às necessidades educacionais especiais da população que o necessita (Ecuador. Asamblea Nacional 2011; Ecuador. Asamblea Nacional Constituyente, 2016).

Apesar dessas regulamentações, há fracturas em sua aplicação; Isso é demonstrado por estudos inclusivos realizados que revelam o comportamento da Educação Inclusiva em nosso país, que não é muito diferente do resto de outras nações latino-americanas; Assim, encontramos o relatório do Ministério da Educação da República do Equador (2016), onde se reconhece que aproximadamente 55% das pessoas com deficiência não têm acesso aos serviços educacionais; do restante, 18% concluíram os estudos primários, 17% secundários e 10% superiores. Da mesma forma, em alguns centros educacionais a

exclusão é evidente como resultado de práticas discriminatórias que prevalecem há muito em nossa sociedade (Donoso, 2013).

Dados que demandam a participação de pesquisadores inclusivos na busca de acções estratégicas para reverter esse quadro, a partir da construção de uma cultura inclusiva na sociedade e da formação docente em metodologias, procedimentos e técnicas de pesquisa inclusiva, bem como, educação em valores éticos dos alunos. Nesse sentido, autores como Parrilla & Sierra (2015); e Darretxe, et al. (2020), percebem que a pesquisa inclusiva no campo educacional equatoriano ainda é insuficiente.

És também indiscutivelmente, o cumprimento das regras requer modificações nos sistemas educacionais para promover a igualdade de oportunidades da educação regular para pessoas com capacidades reduzidas e mudanças estruturais nas escolas para permitir respostas coerentes às necessidades de todos os alunos no contexto da educação inclusiva.

Nesse sentido, Espinoza, Sánchez & Alvarado (2017), determinaram em seus estudos que uma das principais dificuldades enfrentadas pela educação inclusiva no Equador são as metodologias utilizadas que tendem a homogeneizar o tratamento dos alunos, sem levar em conta as necessidades dos cada um e em particular os portadores de deficiência, fazendo com que se atrasem e se tornem um “fardo” para o professor.

Outros estudos, como os de Alejandro, et al. (2019), mostram os problemas, dificuldades e carências que a implementação da educação inclusiva enfrenta no Equador, destacando entre eles as insuficiências epistémicas, o tratamento homogêneo dos alunos, o conhecimento limitado dos professores sobre as metodologias inclusivas e a falta de currículo inclusivo.

Da mesma forma, Alejandro, et al. (2019), coincide com esses critérios e enfatiza que apesar da existência no Equador de um marco jurídico promulgado em benefício de uma educação inclusiva de qualidade e cordialidade, essa aspiração ainda não foi alcançada e continuará a ser uma utopia enquanto permanecer na prática. Desfasagens do modelo educacional tradicional.

Nestes estudos sobre a realidade do Equador evidenciam-se limitações conceituais para a inclusão educacional e deficiências metodológicas para sua implementação pelos professores.

Para transformar esse panorama, é necessário o empenho e a dedicação do professor como principal responsável directo pela entrega daquele tão esperado ensino inclusivo, caloroso e de qualidade, tão falado nas

legislações e nos discursos, nos quais o aluno é verdadeiramente o centro do processo. Na aquisição de conhecimentos através de uma aprendizagem significativa e onde metodologias inclusivas e estratégias criativas são utilizadas visando a participação activa de todos os alunos igualmente para o desenvolvimento de suas habilidades, capacidades e valores como parte de sua formação abrangente e preparação para a vida.

A sua formação é, portanto, urgente, pois constitui um elo fundamental da sua profissão docente para promover a mudança necessária e aproximar os membros da comunidade educativa e os atores sociais para a transformação através do trabalho conjunto.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos através da revisão bibliográfica realizada permitem-nos concluir que a educação inclusiva é o resultado das transformações sociais e ao mesmo tempo um instrumento para a promover. Não se trata de integração da educação especial ao ensino regular, é direito humano de todas as pessoas ao acesso, permanência e participação activa em uma educação comum de qualidade e cordialidade, com atenção especial aos alunos com maior risco de vulnerabilidade e marginalização. Todos os alunos devem ser considerados com necessidades especiais de aprendizagem, não há categorias de alunos “deficientes” ou “normais”.

A educação inclusiva é uma prática social constituída por valores, princípios e estratégias para a democratização, actualização e melhoria constante da educação; Não se trata apenas de uma questão pedagógica, mas sobretudo de respeito pelos valores dos direitos humanos.

Entre os principais aspectos que caracterizam a educação inclusiva estão: a eliminação de barreiras de acesso ao sistema educacional; o professor como o máximo responsável pela inclusão de seus alunos; os princípios de equidade, igualdade, solidariedade, cooperação, colaboração, comunidade, respeito, responsabilidade, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidade; É uma ética baseada na participação activa e democrática da inclusão social; as necessidades dos alunos tornam-se necessidades dos membros da comunidade educacional e da sociedade; nega a homogeneidade dos processos educacionais; Inclusão não é só acesso ao sistema educacional, é participação activa e resultados de qualidade e é antes de tudo uma prática social que vai além dos espaços escolares.

A pesquisa pedagógica inclusiva se concentra em três aspectos: concepção educacional, prática docente e perspectiva social. Seu objectivo é alcançar uma educação

de qualidade mais equitativa para todos, sem qualquer tipo de discriminação e segregação, e portanto, alcançar uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática.

O processo investigativo inclusivo é baseado na alta qualidade, obrigação moral e democratização, orientação para uma educação transformadora, dialéctica teórico-prática, socialização dos resultados e ética.

Entre os elementos éticos da pesquisa inclusiva estão o compromisso com a luta contra a exclusão, o processo de mudança e melhoria socioeducativa, a participação e colaboração com atores e agentes educacionais e o compromisso ético com formas inclusivas de pesquisa.

As características dos pesquisadores inclusivos são: compromisso inabalável com a educação, a sociedade e a luta pela justiça social, paixão pela pesquisa e educação; humildade, optimismo, transparência nas acções e propósitos, desejo de primar e ousadia investigativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alejandro, K., Erraéz, J., Vargas, M., & Espinoza, E. (2018). Consideraciones sobre la educación inclusiva. *Revista Metropolitana de Ciencias Aplicadas*, 1(3), 18-24.
- Armijo, M. (2018). Deconstruyendo la noción de inclusión: Un análisis de investigaciones, políticas y prácticas en educación. *Revista Electrónica Educare*. 22(3), 1-26.
- Burgo, O., León, J., Cáceres, M., Pérez, C. y Espinoza, E. (2019). Algunas reflexiones sobre investigación e intervención educativa. *Revista Cubana de Medicina Militar*, 48(2).
- Darretxe, L., Gezuraga, M., & Berasategui, N. (2020). La necesidad de avanzar hacia la investigación inclusiva. *Márgenes. Revista de Educación de la Universidad de Málaga*, 1(1), 104-114.
- Donoso, F. D. (2013). La educación inclusiva en el marco legal de Ecuador: ¿Responden las leyes ecuatorianas a las necesidades del modelo inclusivo? (Tesis de Maestría). Universidad Complutense de Madrid.
- Ecuador. Asamblea Nacional Constituyente. (2016). *Constitución de la República del Ecuador*. (Modificaciones). CEP.
- Ecuador. Asamblea Nacional. (2011). Ley Orgánica de Educación Intercultural. LOEI. Registro Oficial No. 417. https://oig.cepal.org/sites/default/files/2011_leyeducacionintercultural_ecu.pdf
- Ecuador. Asamblea Nacional. (2012). Ley Orgánica de Discapacidades. https://oig.cepal.org/sites/default/files/2012_leyorg.dediscapacidades_ecu.pdf

- Espinoza, E., Sánchez, X., & Alvarado, Y. (2017). Evaluación del proceso planificador curricular de la Carrera de Psicología Educativa en la universidad ecuatoriana. *Revista Conrado*, 13(58), 148-157.
- Guamán, V., Espinoza, E., & Serrano, O. (2017). El currículum basado en las competencias básicas del docente (revisión). *Revista científica OLIMPIA*, 14(43), 81-89.
- Guamán, V., Serrano, O., & Sánchez, X. (2020). La discriminación en los salones de clase. *Revista Metropolitana de Ciencias Aplicadas*, 3(1), 191-195.
- Messiou, K. (2017). Research in the field of inclusive education: Time for a rethink? *International Journal of Inclusive Education*, 21(2), 146-159.
- Murillo, F. J., & Hidalgo, N. (2017). Hacia una investigación educativa socialmente comprometida. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, 10(2), 5-8.
- Nind, M., & Vinha, H. (2016). Creative interactions with data: Using visual and metaphorical devices in repeated focus groups. *Qualitative Research*, 16(1), 9-26.
- Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura. (2005). Informe de seguimiento de la ETP en el mundo. Educación para todos. El imperativo de la calidad. UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001501/150169s.pdf>
- Organización de Naciones Unidas para la Ciencia y la Cultura. (2009). Policy guidelines on inclusion in education. UNESCO. http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Policy_Dialogue/48th_ICE/IE_policy_guidelines_draft.pdf
- Parrilla, L. A. (2010). Ética para una investigación inclusiva. *Revista Educación Inclusiva*, 3(1).
- Parrilla, L. A., & Sierra, S. (2015). Construyendo una investigación inclusiva en torno a las distintas transiciones educativas. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 18(1), 161-175.
- Serrano, O., Espinoza, E., & Guamán, V. (2019). La inclusión en la enseñanza básica ecuatoriana. *Revista Metropolitana de Ciencias Aplicadas*, 2(2), 69-74.